

RESUMOS EXPANDIDOS E RELATOS DE EXPERIÊNCIA

CAPITAL, TRABALHO E TERRA: CONFLITOS ENTRE A USINA UNIAL AGRÍCOLA E A COMUNIDADE QUILOMBOLA DA PINGUELA EM AMÉLIA RODRIGUES-BA

Erivaldo Santiago de Jesus¹; Ailma Pereira de Oliveira²; Gêssica Matos³; Lucivania da Silva Moura⁴; Felipe Oliveira Nunes⁵; Marina Siqueira de Castro⁶

¹Graduando em Agronomia pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)/ Membro do NEA -Trilhas (Núcleo de Estudos em Agroecologia)/Bolsista RENDA (Rede Nordeste de Núcleos de Agroecologia) erivaldo.agro07@gmail.com; ²Graduanda em Agronomia pela Universidade Estadual de Feira de Santana baby.ailma@hotmail.com; ³Graduanda em Agronomia pela Universidade Estadual de Feira de Santana gessicaa_matos@hotmail.com; ⁴Graduanda em Agronomia pela Universidade Estadual de Feira de Santana vaniamoura.uba@hotmail.com; ⁵Biólogo e mestre pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)/Pesquisador colaborador do NEA-Trilhas (UEFS)/Bolsista RENDA nunesfo@gmail.com; ⁶Profa. Adjunta da Universidade Estadual de Feira de Santana/Coordenadora do Centro de Agroecologia Rio Seco e do NEA-Trilhas marinacastro@uefs.br

RESUMO: O Brasil possui um histórico demarcado por conflitos que, em sua grande maioria, são protagonizados por atores sociais que envolvem o poder público e a comunidade civil. As comunidades Quilombolas são o símbolo de resistência e luta pela terra. O presente trabalho é fruto de uma atividade realizada com a Comunidade Quilombola da Pinguela localizada no município de Amélia Rodrigues/BA, cujo objetivo foi conhecer as relações que envolvem os conflitos fundiários entre a Usina Unial Agrícola e a comunidade em questão. Para realização do trabalho baseamos em metodologias participativas e utilizamos a ferramenta “história da comunidade”, com a intenção de externar a visão dos quilombolas sobre os acontecimentos locais. As comunidades tradicionais e o capitalismo possuem algo em comum em relação a terra, isso por que para ambos a terra possui valor de SUSTENTAÇÃO. Porém, para o capitalismo ela significa a sustentação do próprio capital e isso, às custas de muita exploração do trabalho e dos recursos naturais. Já para as comunidades tradicionais, em especial a comunidade da Pinguela, a terra é quem sustenta suas necessidades, sua cultura, seus sonhos. O grande diferencial desta é o fato de que sua identidade não apenas reafirma sua ligação a terra, mas também o seu direito sobre ela.

Palavras-chave: Regulamentação Fundiária, Etnociências, Resistência

INTRODUÇÃO

A história do Brasil é marcada por constantes conflitos populares envolvendo a disputa pela terra. A Guerra de Canudos (1896 – 1897) no Nordeste, a Guerra do Contestado (1912 – 1916) no Sul, a Guerra do Formoso (1950 – 1960), no Centro Oeste são alguns dos mais importantes episódios dessa história. “[...] De especial relevância nessa narrativa é a organização das Ligas Camponesas, movimento surgido em meados de 1950, da luta de arrendatários pelo acesso à terra no interior de Pernambuco” (MARTINS,1981).

O Brasil possui um histórico demarcado por conflitos que, em sua grande maioria, são protagonizados por atores sociais que envolvem o poder público e a comunidade civil, representante da classe menos favorecida, que acaba por ficar à margem de políticas públicas.



As comunidades Quilombolas são o símbolo de resistência e luta pela terra, segundo o conceito mais recente, as “comunidades remanescentes de quilombo são grupos sociais cuja identidade étnica os distingue do restante da sociedade” (ALMEIDA, 2002). Estima-se que em todo o país existam mais de três mil comunidades quilombolas. Na Bahia até 2015 haviam 2424 comunidades registradas.

Historicamente também estão demarcadas as disputas territoriais e a luta dos povos tradicionais. Entre esses conflitos estão envolvidas as comunidades quilombolas que tiveram seus direitos usurpados pela cultura do coronelismo e pelo neocoronelismo.

A comunidade da Pinguela localiza-se no município de Amélia Rodrigues, situado à sudeste de Feira de Santana. O município possui 25.190 habitantes segundo o IBGE no censo demográfico realizado em 2010 e está inserido em uma zona de ecótono - área de transição entre os biomas Mata Atlântica e Caatinga.

A Comunidade da Pinguela faz parte de uma paisagem rodeada por nascentes e rios e é constituída por quilombolas que se autodenominam como tal, sendo reconhecida pela Fundação Palmares que lhe emitiu o certificado em 08 de junho de 2014. “D. Rita (uma das lideranças da comunidade) destaca o Rio Preto (cujo nome se dá por causa dos dejetos de um alambique que eram despejados nele), o Rio do Monteirinho e o Rio Branco (que tem suas águas cristalinas)”

DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

O presente trabalho é fruto de uma atividade realizada com a Comunidade Quilombola da Pinguela localizada no município de Amélia Rodrigues, cujo objetivo foi conhecer as relações que envolvem os conflitos fundiários entre a Usina Unial Agrícola e a comunidade em questão.

Para realização do trabalho baseamos em metodologias participativas (KUMMER, 2007). Para isso foram feitos os primeiros contatos com a liderança da comunidade e presidente da Associação Remanescente de Quilombolas da Pinguela. A mesma articulou com a comunidade para que pudesse ser realizada a primeira reunião. Na reunião estiveram presentes homens, mulheres, pessoas mais velhas da comunidade e jovens. Nesta reunião utilizamos a ferramenta “História da Comunidade”. Essa ferramenta permite que todos da comunidade tenham um sentimento de pertencimento, sendo eles os



“construtores da sua história através das suas ações desenvolvidas desde a existência da comunidade e assim, além das influências externas, construindo à situação real de hoje, a situação em que a comunidade se encontra atualmente” (KUMMER, 2007).

O instrumento de investigação aqui usado faz parte das ferramentas do DRP – Diagnostico Rural Participativo, que consiste em “um conjunto de técnicas e ferramentas que permite que as comunidades façam o seu próprio diagnóstico e a partir daí comecem a autogerenciar o seu planejamento e desenvolvimento” (VERDEJO, 2006).

A propriedade na qual a comunidade da Pinguela se encontra era pertencente a Felisberto Moura, posteriormente passou a ser da Usina Unial Agrícola que por muitos anos explorou as terras e também os moradores desta comunidade, sendo que há relatos de trabalho escravo e maus tratos que resultaram em diversas denúncias através da mídia impressa como também em rádios e televisão e também autuação pelo Ministério Público.

O nome Pinguela surge antes mesmo de a Fazenda Pinguela ser da Usina. Os moradores não sabem ao certo de onde vem o nome, porém, como existem muitos riachos na região, alguns associam o nome à *ponte pequena*, como o termo pinguela é utilizado em alguns locais da Bahia.

Os quilombolas relatam a importância da terra de onde são plantadas suas roças com o cultivo de mandioca, coco, fruta pão, feijão, milho, caju, entres outros. Esses cultivos são para o autoconsumo, havendo a presença forte de troca de alimentos entre as famílias, o excedente é vendido no município de Amélia Rodrigues.

Outra riqueza da comunidade é o Samba de roda, principal manifestação cultural que vem sendo passado de geração em geração, uma das moradoras diz que “o nome do samba é Chamego da Gente, porém é mais conhecido como Samba da Pinguela”. Geralmente, acontece nas festas juninas, natal e outras datas comemorativas ou simplesmente quando a comunidade resolve fazer um samba em um fim de semana, por exemplo, para festejar e cultivar suas tradições.

Segundo o líder da comunidade, “havia antigamente aproximadamente 80 famílias, esse número hoje se resume a 21 famílias que resistiram a toda opressão da Usina que continuamente tenta expulsá-los dessa terra”, vale ressaltar que a terra foi, anteriormente, disponibilizada para as famílias de maneira informal. Inicialmente foram realocados da parte plana para áreas próximas ao morro, onde antes haviam casas passou-se trator por cima e plantou-se cana de açúcar. Contudo, ainda há vestígios dessas moradias, sendo que é essa área a reivindicada para a tão sonhada demarcação. Só com a posse

Cadernos Macambira

V. 2, Nº 2, p. 36, 2017.

Anais do III Simpósio de Agroecologia da Bahia.
Serrinha, BA, Laboratório de Políticas Públicas,
Ruralidades e Desenvolvimento Territorial – LaPPRuDes
<http://revista.lapprudes.net/>



da terra cultivada por seus ancestrais, as famílias poderão novamente plantar e garantir uma qualidade de vida melhor.

A última tentativa contra a comunidade foi a colocação de cerca que delimitava seus quintais há aproximadamente 15m, sendo que o comprimento real é de 300m até as margens do rio, desta forma a tentativa era de reduzir a área a apenas a casa, como se não bastasse apresentarem largura, em muitos casos, que variam de 10 a 15 m. Com isso, a Usina visava vender o único espaço que lhes sobrou para plantar e que tiram o sustento das famílias até os dias atuais.

As atividades de plantio de cana-de-açúcar da Usina foram encerradas em 2013 deixando um solo muito pobre e muitas histórias de pessoas que morreram frustradas por trabalhar tantos anos sem o devido reconhecimento, daqueles que foram tentar a vida em outro lugar, e dos que ficaram na comunidade resistindo a tanta atrocidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As comunidades tradicionais e o capitalismo possuem algo em comum em relação a terra, isso por que para ambos a terra possui valor de SUSTENTAÇÃO. Porém, para o capitalismo ela significa a sustentação do próprio capital e isso à custa de muita exploração do trabalho e dos recursos naturais. Já para as comunidades tradicionais, em especial a comunidade Quilombola da Pinguela, a terra é quem sustenta suas necessidades, sua cultura, seus sonhos. O grande diferencial desta comunidade é o fato de que sua identidade não apenas reafirma sua ligação a terra, mas também o seu direito sobre ela.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA de, A. W. B. Os quilombos e as novas etnias in: CANTARINO, Eliane O’Dwyer, Org. **Quilombos: identidade, étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

BRASIL, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária: **Comunidades Certificadas**. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/quilombola>. Acessado em 20/08/2016.

LIMEIRA, J. C. **O Arco-Íris Negro**, São Paulo, 1978.

MARTINS, J. S. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.

Cadernos Macambira

V. 2, Nº 2, p. 37, 2017.

Anais do III Simpósio de Agroecologia da Bahia.

Serrinha, BA, Laboratório de Políticas Públicas,

Ruralidades e Desenvolvimento Territorial – LaPPRuDes

<http://revista.lapprudes.net/>



KUMMER, L. **Metodologia participativa no meio rural: uma visão interdisciplinar. conceitos, ferramentas e vivências.** Salvador: GTZ, 2007.

VERDEJO, M.E. **Diagnóstico Rural Participativo: Um guia prático.** Brasília, 2006